



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, AÇÃO SOCIAL E DESPORTOS
DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

Belo Horizonte, 3 de maio de 1979


OF. D.A.S. Nº 656/79

Sr. Prefeito,

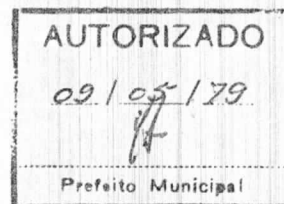
Pelo presente, solicitamos de V.Sa. a fineza de enviar a este Departamento, cópia da Lei Municipal, que autorizou V.Sa. assinar o Termo entre Prefeitura, Secretaria do Trabalho e CEAPS local.

Esta exigência se faz necessária para comprovar a legalidade do mencionado Termo, junto ao Tribunal de Contas.

Atenciosamente,


CELINA MENDES SOUTO
Assessoria Jurídica/DAS

Ilmo. Sr.
IRINEU GOMES FILHO
Prefeito Municipal
UBÁ



SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Resolução nº 06/76 - Cria o programa de Assistência Comunitária no Estado de M. G.

SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Secretário: Mário Assad

EXPEDIENTE DO SR. SECRETÁRIO

Em 21.3.76:

RESOLUÇÃO Nº 06/76

Cria o programa de Assistência Comunitária no Estado de Minas Gerais.

O Secretário de Estado do Trabalho, Ação Social e Desportos, em observância às Diretrizes da Ação Social para Minas Gerais, contidas no II PNDES, e, considerando:

— A competência desta Secretaria para planejar e executar programas de assistência social no Estado de Minas Gerais;

— a existência de recursos operacionais nos municípios, quer de ordem pública, quer particular;

— a necessidade de se promover o aproveitamento desses recursos, integrando-os de modo a possibilitar efetivo rendimento das atividades assistenciais, para melhor atender a população de baixa renda;

resolve:

Art. 1º — Fica criado o Programa de Assistência Comunitária no Estado de Minas Gerais, com o objetivo de desenvolver atividades assistenciais junto à população, especialmente, a carenciada.

Art. 2º — Para a realização deste Programa a Secretaria do Trabalho, Ação Social e Desportos constituirá, em municípios identificados como polo de desenvolvimento, Consórcios de Entidades de Assistência e Promoção Social — CEAPS, formados pelas instituições, associações e demais organismos assistenciais de cada localidade.

§ 1º — Para implantação dos CEAPS e desenvolvimento de suas

atividades, a Secretaria aplicará verba de sua dotação orçamentária consignada na rubrica 28.07.32.76/02 — Assistência Social, devendo nos exercícios seguintes, ser feita aplicação conforme a Previsão do Orçamento por Programa;

§ 2º — A Prefeitura do município-sede de cada CEAPS, deverá prestar colaboração técnica e/ou financeira, fazendo constar de seu orçamento verba, sob a rubrica «Assistência Social», destinada ao CEAPS, através de termo de acordo firmado com esta Secretaria.

Art. 3º — Os Consórcios de Entidades de Assistência e Promoção Social — CEAPS, existentes nos municípios de Divinópolis, Ponte Nova e Maravilha, assim como o Grupo Regional de Integração Social — GREIS, de Montes Claros, trabalhos experimentais desta Secretaria, e, por se identificarem com os objetivos do Programa de Assistência Comunitária passarão a integrar o referido Programa.

Art. 4º — Cabe ao Departamento de Ação Social — DAS, o planejamento, coordenação, execução e avaliação dos CEAPS.

§ 1º — Para atender o disposto neste artigo, fica mantido o Grupo Supervisor de Desenvolvimento Comunitário, criado pela Resolução 03/75 desta Secretaria, podendo o mesmo ser alterado, por ato do Senhor Secretário, tendo em vista a conveniência do serviço.

§ 2º — Para atender às necessidades do Programa, poderá a Diretoria do DAS requisitar a participação de outros funcionários, técnicos e/ou administrativos desta Secretaria, assim como promover contatos com outros órgãos públicos e ou privados.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Belo Horizonte, 24 de maio de 1976.

Mário Assad

MODELO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

Termo de Cooperação que entre si celebram a
Secretaria de Estado do Trabalho, Ação So-
cial e Desportos, e o Consórcio de Entidades
de Assistência e Promoção Social - CEAPS de
.....[local].....

A Secretaria de Estado do Trabalho, Ação Social e Desportos, doravan-
te denominada SETAS, representada por seu titular Dr. Mário Assad, a Prefeitu-
ra Municipal de[local]..... doravante denominada PREFEITURA, re-
presentada por seu Prefeitoe o Consórcio de Entida-
des de Assistência e Promoção Social, doravante denominado CEAPS/...[local]....
representado por seu Diretor Geral, resolvem
firmar o presente Termo de Cooperação, que se regerá pelas cláusulas que se se-
guem.

CLÁUSULA PRIMEIRA

1. Objetivos

1.1. Consideradas as atribuições da SETAS, co-
mo órgão coordenador da política de ação social do Estado, o presente Termo
tem por objetivo fornecer ao CEAPS/.....[local]..... os suportes técnico e
financeiro indispensáveis à realização do Programa de Assistência Comunitária
neste município.

CLÁUSULA SEGUNDA

2. Obrigações da SETAS

2.1. Prestar orientação técnica à elaboração e
execução de projetos, através da participação do Grupo Supervisor de Desenvol-
vimento Comunitário criado através da resolução 03/75 da SETAS.

2.2. Promover, supletivamente, a alocação de re-
cursos financeiros próprios e exógenos, necessários à execução do Programa de
Assistência Comunitária (os recursos da SETAS a que se refere a presente cláu-
sula correrão por conta da sua dotação orçamentária, consignada na rubrica ...
3406.158148.61.021.000.3279.02 - Assistência Comunitária).

CLÁUSULA TERCEIRA

3. Obrigações da PREFEITURA

Através do CEAPS/.....(local).....como Entida
de responsável pela programação de assistência social da administração municipal.

3.1. Colaborar com recursos humanos, técnicos
e administrativos para o funcionamento do CEAPS/...(local).....

3.2. Ceder recursos financeiros de sua dotação
orçamentária, sob a rubrica Assistência Social para a execução do Programa de
Assistência Comunitária pelo CEAPS/.....(local).....

CLÁUSULA QUARTA

4. Obrigações do CEAPS/.....(local).....

4.1. Participar do Programa Integrado de Ação
Social para as Entidades Sociais de Belo Horizonte, coordenado pela SETAS, com
parecendo às reuniões, treinamentos e estando aberta a orientações.

4.2. Registrar-se no Departamento de Ação Soci
al e manter atualizado este registro.

4.3. Prestar contas à PREFEITURA, anualmente,
da aplicação dos recursos por ela fornecidos.

4.4. Fornecer à PREFEITURA, mensalmente, ates
tados de frequência dos funcionários municipais colocados à disposição do CEAPS/
.....(local).....

4.5. Aplicar os recursos financeiros, repassa-
dos pela SETAS através de projetos específicos.

4.6. Enviar aa CEAPS relatórios referentes a a
plicação de recursos que lhe forem repassados pela SETAS e a realização de suas
atividades, informando os resultados obtidos.

4.7. Apresentar trimestralmente à SETAS a pro
gramação de sua despesa e mensalmente seu balancete financeiro.

CLÁUSULA QUINTA

5. Disposições Gerais

5.1. O presente Termo terá validade por 2 (dois)
anos, podendo ser renovado por correspondência epistolar, contando seu início a
partir da data de sua assinatura.

5.2. Sempre que houver interesse das partes os
objetivos deste Termo poderão ser ampliados através de Termos Adicionais.

5.3. Fica assegurado às partes contratantes o direito de renunciar ao presente Termo, desde que para isso sejam levadas pelo interesse do serviço, ou quando houver descumprimento pelas partes das normas aqui estabelecidas.

5.4. Fica eleito o Foro desta Capital para qualquer questão judicial decorrente do presente Termo, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim terem justo e decidido assinam este Termo em 4 (quatro) vias, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Belo Horizonte, de

de 19..

(a) SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO, AÇÃO SOCIAL
E DESPORTOS

(a) PREFEITO DE

(a) DIRETOR GERAL DO CEAPS/

TESTEMUNHAS:

30 xerox.

1

ESTATUTO DO CONSÓRCIO DE ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA
E PROMOÇÃO SOCIAL

CAPÍTULO I

Denominação, Duração, Sede e Fins

ART. 1º - O Consórcio de Entidades de Assistência e Promoção Social, doravante denominado CEAPS, fundado aos _____ de _____ de 1979, com duração indeterminada, tem sede e foro a cidade de _____, Estado de Minas Gerais, com o objetivo de integrar os recursos de assistência social deste município, para a realização de Programas de Assistência Social e Comunitária, de acordo com a Resolução 06/76 da Secretaria de Estado do Trabalho, Ação Social e Desportos, doravante denominada SETAS.

Parágrafo único: o CEAPS é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, apolítica, sem distinção de credo ou raça e se regerá por este Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicadas.

ART. 2º - Constituem finalidades do CEAPS:

- I. Estudar, planejar e executar atividades de assistência social, através das Entidades que o constituem, envolvendo as seguintes áreas:
 - a. assistência social à família e ao menor;
 - b. assistência a migrantes e população de baixa renda;
 - c. assistência técnica e financeira a ancianatos;
 - d. assistência ao artesanato;
 - e. assistência aos deficientes visuais;
 - f. assistência social a problemas sociais específicos do município;
 - g. coordenação, orientação e apoio financeiro a entidades de ação social;
 - h. entrosamento com as áreas de Trabalho e Desportos da SETAS.
- II. Identificar problemas sociais locais e/ou regionais e apresentar projetos para o atendimento a estes problemas.
- III. Promover a canalização de recursos financeiros, de órgãos públicos e/ou particulares, para a execução dos projetos apresentados e aprovados pela Secretaria de Estado do Trabalho, Ação Social e Desportos.
- IV. Criar condições para a melhoria da prestação de serviços das Entidades de Ação Social filiadas ao CEAPS, através de orientação técnica e apoio financeiro.

CAPÍTULO II

Sócios: seus Direitos, Deveres e Penalidades

ART. 3º - Serão admitidas como sócios do CEAPS as entidades regularmente constituídas que exerçam qualquer modalidade de assistência e promoção social neste município, sem fins lucrativos e que se interessem em participar das atividades do CEAPS.

& 1º - Para se associar ao CEAPS, as Entidades deverão apresentar pedido à Diretoria, que julgará e emitirá parecer.

& 2º - As Entidades associadas não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais contraídas em nome do CEAPS.

ART. 4º - São Direitos das Entidades associadas:

- I. Tomar parte na Assembleia Geral;
- II. Apresentar projetos e planos de trabalho ao CEAPS;
- III. Receber orientação e assistência técnica na elaboração de projetos e financeira na execução dos mesmos;
- IV. Participar de cursos e treinamentos promovidos pelo CEAPS ou pela SETAS;
- V. Votar e serem votadas.

ART. 5º - São Deveres das Entidades associadas:

- I. Cumprir e fazer cumprir o estabelecido neste Estatuto e seu Regimento Interno e demais Resoluções da Assembleia Geral e da Diretoria.

ART. 6º - As Entidades estão sujeitas às seguintes penalidades:

- I. Admoestação;
- II. Suspensão;
- III. Eliminação.

Parágrafo único - as penalidades de que trata o artigo serão impostas pela Diretoria ou pela Assembleia Geral, na forma em que dispuser o Regimento.

CAPÍTULO III

Administração

ART. 7º - São órgãos do CEAPS:

- I. Assembleia Geral;
- II. Diretoria Geral;
- III. Comissão Fiscal.

3

Parágrafo único - as funções exercidas pelos órgãos do CEAPS serão gratui
tas não recebendo seus integrantes, qualquer remuneração, sendo considerada
das como serviços de relevância para a comunidade.

CAPÍTULO IV

Constituição, Competência e Convocação da Assembléia Geral

ART. 8º - A Assembléia é o órgão soberano do CEAPS, com poderes para deliberar so
bre quaisquer assuntos de interesse da sociedade.

Parágrafo único - a Assembléia Geral será constituída por representantes
das Entidades de Ação Social.

ART. 9º - O Diretor Geral, ou seu substituto legal, presidirá os trabalhos de insta
lação da Assembléia Geral.

ART. 10º - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em cada semestre, para e
xaminar e deliberar sobre atividades do CEAPS e, extraordinariamente, sem
pre que convocada pela Diretoria ou por requerimento de, no mínimo, 1/3
das Entidades.

& 1º - Haverá um livro de Atas aberto e rubricado pelo Coordenador Geral
do CEAPS, onde serão lançadas as Atas das Reuniões ficando-as sob
a guarda do 1º Secretário, que deverá submetê-la à aprovação do
Plenário da Assembléia Geral sempre que houver reunião.

& 2º - A Assembléia Geral instalar-se-á, funcionará e deliberará, em pri
meira convocação, com o quorum de metade e mais uma das Entidades
participantes do CEAPS, e em segunda convocação, com qualquer n^ume
ro.

& 3º - No caso da convocação ser feita pelas Entidades, a Assembléia Ge-
ral reunir-se-á em primeira convocação com metade mais uma das En
tidades participantes do CEAPS e em segunda convocação com pelo me
nos a presença das Entidades que tiverem feito solicitação e da Di
retoria.

ART. 11º - Poderão participar da Assembléia Geral, sem direito a voto, outras pesso-
as e organismos públicos ou privados especialmente convidados pelos repre-
sentantes das Entidades consorciadas ou pela Diretoria do CEAPS:

CAPÍTULO V

DIRETORIA

ART. 12º - O CEAPS será administrado por uma Diretoria assim constituída:

- 4
- I. Diretor Geral;
 - II. Vice-Diretor;
 - III. 1º Secretário;
 - IV. 2º Secretário;
 - V. 1º Tesoureiro;
 - VI. 2º Tesoureiro.

ART. 13º - O mandato da Diretoria será de 2 anos, sendo permitida a reeleição.

ART. 14º - *A 1ª Diretoria eleita é em caráter provisório, por um período de 6 meses, sendo permitida a reeleição*
A diretoria reunir-se-á, mensalmente, ou, sempre que se fizer necessário, por convocação do Diretor Geral.

ART. 15º - Ocorrendo vaga por morte ou impedimento de qualquer dos membros da Diretoria, será o cargo preenchido por um associado, designado pela Assembleia Geral, que completará o respectivo mandato.

ART. 16º - Compete à Diretoria:

- I. Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto e normas internas.
- II. Encaminhar aos órgãos e Entidades competentes as deliberações da Assembleia Geral.
- III. Coordenar a execução de todas as atividades do CEAPS, de modo que suas finalidades se cumpram com oportunidade e eficiência.
- IV. Elaborar regulamentos e regimentos internos baixando-os por intermédio do Diretor Geral.
- V. Impor as penalidades de sua competência.
- VI. Representar o CEAPS ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, através do Diretor Geral.
- VII. Gerir o patrimônio do CEAPS.
- VIII. Firmar convênios, acordos ou contratos com órgãos e entidades públicas e privadas visando a realização de Programas.

CAPÍTULO VI

Comissão Fiscal

ART. 17º - A Comissão Fiscal será composta de 3 membros efetivos e 3 suplentes.

Parágrafo único - o seu mandato será de dois anos, não sendo proibida a reeleição.

ART. 18º - Compete à Comissão Fiscal:

- I. Examinar os balancetes apresentados pela Tesouraria.
- II. Opinar sobre a situação financeira da sociedade.

III. Examinar o balanço das contas anuais da Diretoria e a respeito, em
tir parecer.

IV. Prestar contas à Assembléia Geral, no fim de cada ano através de ba
lanço e relatório de sua gestão administrativa e financeira, com pa
recer do Diretor Geral.

CAPÍTULO VII

Eleições

ART. 199 - As eleições para escolha dos membros da Diretoria e Comissão Fiscal serão realizadas bienalmente, em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim.

Parágrafo único - as eleições serão realizadas por voto secreto, mediante prévia indicação dos candidatos.

CAPÍTULO VIII

Patrimônio

ART. 209 - O patrimônio do CEAPS compõe-se de:

- I. Bens imóveis e móveis que venha a possuir;
- II. Donativos ou legados;
- III. Subvenções dos poderes públicos federal, estadual ou municipal.

ART. 219 - Extinto o CEAPS, o seu patrimônio social e bens, respeitados as doações condicionais a ele feitas, serão destinados a entidades congêneres do mu
nicípio, legalmente constituídas e registradas no Conselho Nacional de Serviço Social para serem aplicadas às mesmas finalidades.

DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 229 - O presente Estatuto poderá ser reformado em Assembléia Geral, para esse fim especialmente convocada, com a presença de, no mínimo 1/3 dos sócios.

ART. 239 - O CEAPS possuirá um regimento, que constituirá parte integrante do presen
te Estatuto para todos os fins legais.

ART. 249 - Para executar os Programas de Assistência Social e Comunitária, o Consór
cio firmará convênios com a Prefeitura local, a Secretaria de Estado do Trabalho, Ação Social e Desportos, Órgãos Públicos e Particulares.

6
ART. 259 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, "ad referendum" da As
sembléia Geral.

ART. 269 - O presente Estatuto entrará em vigor depois de aprovado, registrado e pu
blicado, revogadas as disposições em contrário.

30 Xerox

MODELO DE REGIMENTO INTERNO DO CONSÓRCIO DE ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL/CEAPS

CAPÍTULO I - FINALIDADES E OBJETIVOS

ART. 1º - O Consórcio de Entidades de Assistência e Promoção Social/CEAPS, sociedade de civil, sem fins lucrativos, fundada aos _____, com sede e foro em _____, Minas Gerais, tem seus objetivos e finalidades definidos nos Arts. 1º e 2º de seu Estatuto.

CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO

ART. 2º - O CEAPS será composto por:

- I. Assembleia Geral;
- II Diretoria;
- III. Comissão Fiscal.

ART. 3º - A Assembleia Geral será composta pelas Entidades associadas, admitidas e aprovação da Diretoria.

ART. 4º - A Assembleia Geral, reunir-se-á, ordinariamente, em cada semestre, para examinar e deliberar sobre as atividades do CEAPS e, extraordinariamente, sempre que convocada pela Diretoria ou por requerimento de, no mínimo, 1/3 das Entidades.

§ 1º - Haverá um livro de Atas aberto e rubricado pelo Coordenador Geral do CEAPS, onde serão lançadas as Atas das Reuniões e que ficará sob a guarda do 1º Secretário.

§ 2º - A Assembleia Geral instalar-se-á, funcionará e deliberará, em primeira convocação, com o quorum de metade mais uma das Entidades participantes do CEAPS e em segunda convocação, com qualquer número.

§ 3º - No caso da convocação ser feita pelas Entidades, a Assembleia Geral reunir-se-á em primeira em primeira convocação com metade mais uma das Entidades participantes do CEAPS e em segunda convocação com pelo menos a presença das Entidades que tiverem feito a solicitação e da Diretoria.

ART. 5º - A Comissão Fiscal, eleita pela Assembleia Geral, será formada por 3 membros efetivos e 3 suplentes e seu mandato será de 2 anos, permitindo-se a reeleição.

2

ART. 6º - Para o desempenho das atribuições constantes do Art. 16º do Estatuto, o CEAPS constituirá uma Coordenadoria Local.

§ 1º - A Coordenadoria Local conterá 3 unidades:

- Setor Técnico;
- Setor Administrativo;
- Setor Financeiro.

§ 2º - A Coordenadoria Local terá um funcionário, contratado pelo CEAPS ou cedido por órgãos públicos à disposição do CEAPS, para exercer a supervisão local das atividades do Programa de Assistência Social e Comunitária.

§ 3º - Os setores integrantes da Coordenadoria Local deverão contar com pessoal necessário, através de contratação específica, ou por disponibilidade de órgãos públicos ao CEAPS.

§ 4º - As atividades da Coordenadoria Local serão orientadas diretamente pelo Departamento de Ação Social da SETAS, de acordo com Termo de Convênio firmado entre as partes.

CAPÍTULO III - COMPETÊNCIAS

ART. 7º - Compete à Assembleia Geral:

- I. Autorizar a admissão de novas Entidades associadas.
- II. Aprovar reformas do Estatuto e demais normas internas.
- III. Julgar as penalidades impostas pela Diretoria.

ART. 8º - As competências da Diretoria são as estabelecidas no Art. 19º do Estatuto, assim determinadas.

I. Compete ao Diretor Geral:

- representar oficialmente o CEAPS;
- presidir as Assembleias Gerais e Reuniões da Diretoria;
- baixar os regulamentos que se fizerem necessários.

II. Compete ao Vice-Diretor:

- substituir o Diretor Geral na sua ausência ou impedimento temporário;
- participar das reuniões deliberativas da Diretoria com direito a voto.

III. Compete ao 1º Secretário:

- redigir as Atas das reuniões da Diretoria;
- participar das reuniões deliberativas da Diretoria com direito a voto.

3

IV. Compete ao 2º Secretário:

- substituir o 1º Secretário em seus impedimentos legais e temporários
- participar das reuniões deliberativas da Diretoria com direito a voto.

V. Compete ao 1º Tesoureiro:

- cuidar dos assuntos relacionados com as finanças dos CEAPS;
- assinar cheques e documentos de compromissos financeiros legais do CEAPS, juntamente com o Diretor Geral;
- participar das reuniões deliberativas da Diretoria com direito a voto.

VI. Compete ao 2º Tesoureiro:

- substituir o 1º Tesoureiro em seus impedimentos temporários;
- participar das reuniões deliberativas da Diretoria com direito a voto.

VII. A Coordenação Local compete:

- executar e administrar todas as atividades do CEAPS, de acordo com as decisões da Diretoria e orientação da SETAS;
- elaborar o planejamento anual de atividades do CEAPS;
- apresentar relatório mensal e anual de atividades;
- admitir, exonerar, dispensar e demitir pessoal administrativo ou técnico contratado pelo CEAPS, de acordo com a Diretoria;
- cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral;
- fazer coleta de preços, ajustes e acordos para fornecimento de materiais, móveis, equipamentos ou prestações de serviços ao CEAPS, e emitindo parecer sobre as propostas orçamentárias apresentadas para apreciação e aprovação do Diretor Geral.
- fazer cumprir as penalidades impostas pela Diretoria ou Assembleia Geral.

ART. 9º - Compete à Comissão Fiscal:

- I. Examinar os balancetes apresentados pela Tesouraria;
- II. Opinar sobre a situação financeira da sociedade;
- III. Requisitar e examinar, a qualquer tempo, documentos, papéis, livros referentes à administração orçamentária e financeira da sociedade;
- IV. Examinar o balanço de contas da Diretoria e emitir parecer.

ART. 10º - As penalidades serão impostas pela Assembleia Geral de acordo com a gruvidade da falta, obedecendo a seguinte graduação:

- § 1º - A pena de suspensão será aplicada a critério da Assembleia Geral, ao sócio que infringir qualquer disposição estatutária ou deste Rgimento.

§ 2º - A pena de eliminação será aplicada:

- ao sócio reincidente a que se refere o parágrafo primeiro deste artigo;
- aos que cometer faltas considerada gravíssima, a critério da Diretoria e da Assembléia Geral.

CAPÍTULO V - RECURSOS

ART. 11º - As contribuições das Entidades associadas ou convenientes, as subvenções dos poderes públicos federal, estadual ou municipal, os donativos ou legados, bem como outras rendas que venham a adquirir, constituirão os recursos financeiros do CEAPS, que serão aplicados conforme critérios estabelecidos pela SETAS e de acordo com parecer da Diretoria.

Parágrafo único:- o financiamento de atividades somente será efetuado mediante apresentação de projetos, sob a supervisão da Divisão Técnica e aprovado pela Diretoria.

ART. 12º - Os recursos humanos necessários ao funcionamento do CEAPS advirão, sob a forma de disponibilidade de órgãos públicos, das Entidades associadas ou convenientes, ou por contrato de trabalho, segundo a C.L.T.

ART. 13º - Toda aquisição de material, equipamento ou móveis, com verba do CEAPS, deverá ser feita após coleta de preços, em três orçamentos, para aprovação do Diretor Geral.

CAPÍTULO VI - PROGRAMAÇÃO

ART. 14º - O CEAPS desenvolverá sua programação através das seguintes tarefas:

- I. Diagnóstico da realidade social local.
- II. Levantamento das Entidades Sociais e suas respectivas áreas de atuação, localizando-as dentro do plano de ação do CEAPS.
- III. Coordenar e orientar as Entidades para a execução do Programa de Assistência Social e Comunitária.
- IV. Identificar os principais problemas na área social, através de estudos e pesquisas.
- V. Elaborar um plano de ação global para o município.
- VI. Estabelecer mecanismos de coordenação, integração, supervisão e avaliação do Programa de Assistência Social e Comunitária.
- VII. Manter contatos permanente com as autoridades públicas municipais e estaduais atuantes na área de ação social.

CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS

- ART. 15º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e após "referendum" da Assembléia Geral passarão a constituir norma de serviço.
- ART. 16º - É necessário, para sua filiação ao CEAPS, que as Entidades sejam registradas nos Órgãos Públicos competentes.
- ART. 17º - Considerar-se-á dissolvido o CEAPS:
- I. Se deixar de atuar durante um ano consecutivo e desde que não haja possibilidade de restaurar seu funcionamento;
 - II. Por qualquer das formas de dissolução das Sociedades Cíveis.
- ART. 18º - Este Regimento poderá ser reformado em Assembléia Extraordinária do CEAPS, com aprovação de 1/3 de seus sócios.
- ART. 19º - O presente Regimento Interno do CEAPS, Consórcio de Entidades de Assistência e Promoção Social de _____, Minas Gerais, entrará em vigor depois de aprovado e revogadas as disposições em contrário.